



Empresas têm de suportar custos da descontaminação

Por Jorge Magalhães

O princípio é simples: os maiores poluidores devem suportar a principal fatia dos custos de descontaminação ambiental. Defensora de um mundo mais limpo, Luísa Fronti realça a importância que a Contabilidade Ambiental deve ter para atingir esse fim e apela ao bloqueio de produtos de países pouco amigos do ambiente.



Descendente de italianos, Luísa Fronti de Garcia é professora na Universidade de Buenos Aires há 46 anos. Lecciona também nas Universidades de León e Salamanca (Espanha). Conferencista requisitada, as suas posições rompem com facilidade o *establishment* e são susceptíveis de causar uma salutar polémica.

«Se uma empresa dá trabalho a 20, 30 ou 100 pessoas e causa danos graves ao ambiente, prejudicando mil, duas mil ou dez mil pessoas, então digo que essa empresa não tem razão para existir.» É com este desassombro e simplicidade que Luísa Fronti, professora argentina, defende o primado do ambiente sobre o lucro. Polémica quanto baste, esta descendente de italianos recusa qualquer radicalismo e diz-se a favor do progresso. Com todos estes ingredientes, percebe-se a razão pela qual a sua intervenção ajudou a animar o segundo dia do VIII Prolatino, realizado em Abril no Europarque, em Santa Maria da Feira.

Doutorada em Ciências Económicas, contabilista e licenciada em Economia pela Universidade de Buenos Aires (Argentina), já participou em mais de 60 congressos nacionais e internacionais, tem publicados quase duas dezenas de livros sobre Contabilidade e redigiu mais de 100 artigos para jornais e revistas da especialidade. Investigadora do *Instituto de Investigaciones Contables Profesor Juan Alberto Arévalo*, da Universidade de Buenos Aires, directora e co-directora de numerosos projectos de investigação sobre Contabilidade Ambiental, Luísa Fronti é ainda presidente da Comissão Académica Permanente sobre «Estudos económicos e administrativos sobre comunicações e meio

ambiente» do Conselho Profissional de Ciências Económicas de Buenos Aires. Esta entrevista ajuda a compreender um pouco melhor o seu pensamento.

TOC – Como é que define Contabilidade Ambiental?

Luísa Fronti – Primeiro temos de definir o que é a Contabilidade. A Contabilidade fornece informações para tomar decisões, principalmente patrimoniais ou financeiras. Dentro da Contabilidade há diversos segmentos. Um deles é a Contabilidade Ambiental. Qual o seu objectivo? Em poucas palavras: tenta que os custos internos levem em conta todos os danos causados à natureza. A Contabilidade Ambiental vai procurar que seja a empresa a pagar a descontaminação do meio ambiente e não a comunidade. Se uma empresa dá trabalho a 20, 30 ou 100 pessoas e causa danos graves ao ambiente, prejudicando mil, duas mil ou dez mil pessoas, então digo que essa empresa não tem razão para existir.

TOC – Essa não é uma visão radical?

L.F. – Não, é uma visão intermédia. A visão radical é, por exemplo, a do *Greenpeace*. O que diz? Se uma empresa polui, então elimine-se. Não estou nessa posição. Não

quero o retrocesso. Se uma indústria contamina, então ela que pague a descontaminação. Hoje já se pode descontaminar praticamente tudo. É claro que as empresas vão sempre dizer que a descontaminação as obrigará a suportar custos mais elevados e que poderão ter de fechar portas. Mas em muitos casos sabemos que isso não é assim.

Boicotar países que não respeitem o ambiente

TOC – A América Latina está ainda mal preparada para lidar com as questões ambientais?

L. F. – A América Latina é responsável por cerca de seis por cento das emissões de dióxido de carbono a nível mundial. A Europa entre 14 a 20 por cento. Os Estados Unidos, esses, são responsáveis por um volume bem mais elevado de poluição. Quem mais polui é que tem de pagar a descontaminação.

TOC – As escolas estão a formar gestores mais sensíveis a esta problemática?

L. F. – Cada país deve ter mecanismos que permitam verificar se uma empresa está a cumprir ou não com as normas ambientais vigentes. Um relatório de um engenheiro de determinada especialidade que trabalha numa empresa, em princípio, pode merecer credibilidade, mas é conveniente efectuar uma revisão externa. É necessário que os responsáveis pelos balanços coloquem ne-

les o que uma empresa está ou não a fazer em termos ambientais.

TOC – É possível conciliar o capitalismo, e o seu frenesim pelo lucro, com os imperativos ambientais?

L. F. – É possível. Como? Da seguinte forma: primeiro, que os países respeitadores deixem de comprar produtos a quem mais polui ou àqueles que nada fazem para alterar isso. Por exemplo, eu não compro produtos dos países que não cuidam do meio ambiente, prefiro comprar o mesmo produto de um outro país que seja mais amigo do ambiente. Esta consciência individual é também muito importante. Os Estados Unidos, como se sabe, nem tão pouco subscreveram o Protocolo de Quioto. Penso que só a Europa tem força suficiente para alterar esta posição.

TOC – O progresso está a matar o planeta?

L. F. – Entendo que o progresso pode danificar o planeta se não forem tomadas as medidas necessárias. Por isso é que tenho grande esperança no Protocolo de Quioto, que estabeleceu uma meta para cada país ou grupo de países, como por exemplo a União Europeia. A meta a alcançar, no período 2008/2012, é reduzir pelo menos cinco por cento - no conjunto da União Europeia são cerca de oito por cento - as emissões de dióxido de carbono realizadas em 1990.





Eu não compro produtos dos países que não cuidam do meio ambiente, prefiro comprar o mesmo produto de um outro país que seja mais amigo do ambiente

Profissão respeitada

TOC – Como é vista a profissão de TOC na Argentina?

L.F. – Existem cerca de 100 mil contadores públicos, todos com formação universitária. Assinar um balanço na Argentina é uma grande responsabilidade, uma vez que as falsas informações são punidas por lei e dão direito a prisão. A profissão está já regulamentada há 61 anos, ou seja, começamos um ano mais cedo que o Brasil, pelo que a actividade é muito respeitada. Há cinco profissões muito bem vistas na Argentina: médicos, engenheiros, arquitectos, advogados e contadores públicos. Têm todas responsabilidades sociais, avaliadas por um organismo central. Por outro lado, esta profissão existe na Argentina desde 1838 e é ensinada nas universidades desde 1913, coisa que nem na Europa se verificou. Tudo isto serve para retratar a importância que a profissão tem na Argentina. Porém, gostaria de clarificar que no Conselho Profissional de Ciências Económicas de Buenos Aires coexistem três profissões irmãs: a de contador público, como é o caso dos analistas, licenciados em Administração e licenciados em Economia, que gozam igualmente de muito prestígio e reali-

zam muitas tarefas que se complementam com a de contador público.

TOC – É favorável à harmonização contabilística internacional?

L.F. – A harmonização tem que se dar apenas para as empresas cotadas. As restantes empresas deverão ter normas mais simples mas também mais parecidas com as normas internacionais. Na Argentina, mesmo as empresas mais pequenas, têm normas parecidas com as internacionais. Há cinco anos que harmonizámos tudo. Quando não há normas, aplicamos as internacionais.

TOC – Depois da grave crise de 2001, como é que está a economia argentina?

L.F. – Os anos de 2001, 2002 e 2003 foram muito difíceis. Começamos a recuperar. Devemos estar agora como em 1998, o primeiro ano de recessão. Vamos ter ainda mais 5 a 10 anos para nos levantarmos completamente. Mas vamos consegui-lo. Foi uma crise profunda, muito grave. É difícil recuperar a confiança dos investidores. A Argentina é um país maravilhoso, mas até estarmos como no início dos anos 90, temos ainda um longo caminho pela frente. ★

